

COMPETIÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA OS MUNICÍPIOS DO CEARÁ NOS ANOS DE 2006 E 2010

Political competition and economic development: an analysis for municipalities of Ceara in the years 2006 and 2010

Francisco Antonio Sousa de Araújo

Economista. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Ceará - UFC. tony.araujo.ce@gmail.com

Paulo de Melo Jorge Neto

Economista. Mestre em Economia (UFC) e Doutor em Economia pela University of Illinois. Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará. pjneto@caen.ufc.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a importância da competição política no grau de desenvolvimento econômico dos municípios do Ceará. Para medir a competição usou-se como indicador de alternância de poder a reeleição de prefeitos e vereadores. Devido à relação simultânea entre desenvolvimento e competição política, as variáveis que a refletiam foram consideradas endógenas, logo, utilizou-se o método de variáveis instrumentais com efeitos fixos. Montou-se um painel com os anos de 2006 e 2010 para todos os 184 municípios cearenses. Os resultados mostram que, os municípios que possuem menor nível de competição são os que apresentam melhor índice de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Reeleição; variáveis instrumentais; desenvolvimento econômico.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the relationship between political competition and economic development on the municipalities of Ceara. To measure political competition we used the re-election of mayors and aldermen. We have a panel data with all the 184 municipalities on Ceara for the years of 2006 and 2010. Because of the simultaneous relationship between economic development and political competition, the variables that denote this competition were considered endogenous. Therefore, we used the instrumental variables method with fixed effects. The results show that the municipalities that have lower levels of political competition are the ones that have more economic development.

Keywords: Re-election; Instrumental variables; Economic development.

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre desenvolvimento e a competição política dos municípios do Ceará. Pretende-se identificar se os municípios que possuem menor alternância são os que apresentam menores indicadores de desenvolvimento.

Estudar as instituições e seu impacto no desenvolvimento econômico é algo recente. As instituições são as regras que definem de que forma se darão as interações, econômicas ou não, entre os indivíduos da sociedade (NORTH, 1990). Outros autores como, Furbuton e Ritcher (1998) e Acemoglu e Robinson (2012) também buscam analisar o papel das instituições no desenvolvimento econômico. Nessa literatura, o Estado tem grande importância, pois fornece a Constituição, leis e regulamentos públicos, ou seja, o ambiente institucional (FIANNI, 2011). Portanto, para entender melhor a relação entre instituições, Estado e desenvolvimento, é necessário conhecer o fator que os une, ou seja, a política.

Segundo Besley, Sturm, e Persson (2010), em economia é consenso afirmar que o monopólio é algo danoso e que a concorrência entre as empresas via mercado traz um maior nível de bem-estar aos consumidores. No entanto, análise semelhante na área política, ou seja, se a concorrência entre os partidos políticos tem consequências igualmente virtuosas, é muito menos discutida, embora exista um grande número de monopólios de um partido no poder nas democracias existentes.

Visando explorar mais essa relação, este artigo guia-se pelo seguinte questionamento: Qual o impacto que a competição política tem sobre o desenvolvimento dos municípios cearenses? Os municípios com maior competição política, ou seja, menor número de reeleições, apresentam melhores indicadores sociais?

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (2012), o Estado do Ceará possuía em 2002 a participação relativa no PIB nacional de 1,96%, passando para 2,07% em 2010, mantendo a 12ª posição no ranking de todos os estados. Quando se leva em conta apenas a região Nordeste, a economia cearense é a terceira mais importante, com participação de 15,3% no PIB da região no ano de 2010. Além disso, no mesmo ano, o Ceará contava com a 8ª maior população do Brasil. Logo,

a escolha dos municípios cearenses para esse estudo deve-se à importância, principalmente regional, do Estado, o tamanho da sua população e a disponibilidade de dados.

Para medir competição política foram utilizados dados sobre a reeleição nos cargos do poder executivo e legislativo municipais e também o alinhamento do governo local com as outras esferas (estadual e federal). Existem vários estudos, citados ao longo deste trabalho, que tratam da reeleição de prefeitos, governadores e presidentes, mas a reeleição de vereadores ainda é um tema pouco explorado pelos pesquisadores. Então, esse estudo também será uma forma de preencher essa lacuna.

Como a maioria das variáveis usadas para medir competição política se repetem por 4 anos, ou seja, um governo, montou-se um painel com os anos de 2006 e 2010 para todos os 184 municípios cearenses. Devido à relação simultânea entre desenvolvimento e competição política, as variáveis que a refletiam foram consideradas endógenas, hipótese confirmada, pelo teste de endogeneidade desenvolvido por Davidson e MacKinnon (1993). Logo, utilizou-se o método de variáveis instrumentais com efeitos fixos. Foram feitas duas estimações, em uma delas, excluiu-se o município de Fortaleza por este se destacar dos demais em termos de desempenho econômico.

Os principais resultados obtidos sinalizaram que quanto menor o nível de competição política, no executivo e legislativo, maior o indicador de desenvolvimento econômico dos municípios. Além disso, existe um nível ótimo de reeleição para os vereadores, cerca de 57%, que implica em um maior grau de desenvolvimento, tudo mais constante. Outro ponto a destacar é que o alinhamento político entre governo local e estadual também é importante para explicar variações no nível de desenvolvimento econômico.

Este artigo apresenta mais cinco seções além desta introdução. A segunda seção traz uma abordagem sobre a competição política e seus impactos na economia e quais fatores podem influenciar na reeleição de um candidato. A terceira traz uma breve discussão sobre as eleições municipais no Brasil. A quarta seção traz uma sucinta explanação sobre o Índice Firjan de desenvolvimento econômico, o índice escolhido, dentre os demais existentes, para refletir desenvolvimento econômico. A quinta seção mostra a metodologia utilizada neste trabalho, onde

são apresentadas as fontes para a base de dados e o modelo econométrico empregado. A análise dos resultados do modelo é apresentada na sexta seção. E por fim, são feitas as considerações finais.

2 Competição política

A principal forma de quantificar competição política é através da reeleição em cargos do poder legislativo e executivo. Ferejohn (1986) ressalta que a reeleição funcionaria como uma forma de punição ou premiação através dos feitos do candidato no primeiro mandato, ou seja, através das políticas públicas adotadas. Além disso, as eleições seriam um mecanismo eficiente para a escolha de políticos e seriam capazes de diminuir a assimetria de informação. Como destacado por Mendes e Rocha (2004), os candidatos conhecem suas próprias características melhor que os eleitores, assim podem iludi-los. Há também o problema de seleção adversa, ou seja, existe o risco de eleger um candidato que uma vez no poder não cumpre com suas obrigações ou passa a utilizá-lo para obter enriquecimento pessoal (LE BORGNE; LOCKWOOD, 2002).

No que diz respeito à relação entre a competição política e desenvolvimento econômico, ressalta-se que os pesquisadores vêm estudando cada vez mais tal associação, criando uma aproximação crescente entre a ciência política e economia. Besley, Sturm, e Persson (2010), mostraram que a falta de competição política nos estados americanos está associado com políticas anticrescimento: altos impostos, baixo investimento em capital e reduzida probabilidade de uso dos direitos trabalhistas. Eles encontraram uma forte ligação entre baixa competição política e baixo crescimento da renda. Além disso, chamam atenção para o fato de que quando a competição política se torna muito intensa, acima de um nível estabelecido por seu modelo teórico, as forças pró-crescimento perdem força.

Haber (2004) procura responder o seguinte questionamento: Como as instituições políticas, ou seja, as regras de funcionamento do sistema político, afetam o processo de crescimento econômico? Para ele, a competição política possui dois papéis: criar vetos *ex ante* sobre a formulação de políticas, favorecendo a criação de políticas que melhorem o bem-estar social, e melhorar a estrutura e eficiência do sistema bancário.

Uppal (2008) examinou como a competição política afetava os gastos do governo nos estados

indianos no período de 1980 até 2000. Em sua pesquisa, constatou-se que os estados com maior competição gastavam mais, em termos *per capita*, e, além disso, distorciam as políticas do governo com gastos de menor período de maturação em detrimento das políticas de longo prazo. Assim, maior competição fazia com que o candidato eleito esperasse ficar por pouco tempo no poder, isso o induzia a buscar políticas de curto prazo.

Analisando o caso do Brasil, Meneguín e Bugarin (2001) desenvolveram um modelo teórico para determinar o nível ótimo dos gastos governamentais baseados em dois fatores: disciplina do mercado e reeleição. Os resultados mostraram que os governantes que esperam ser reeleitos têm comportamento fiscal mais responsável e representam uma externalidade positiva sobre as contas públicas, contrariando resultados previstos pela teoria de ciclos políticos.

Marques (2011) encontra uma relação entre competição política e qualidade das políticas públicas implantadas. Estudando os estados brasileiros de 1982 até 2006, o autor encontrou evidências de que tal competição, medidas pelo índice *Herfindahl* de concentração política (construído a partir do número de famílias que se mantinham no poder após várias eleições) e o número de candidatos que concorrem em cada eleição nos estados, melhoram as taxas de pobreza, percentual de domicílios com água encanada, média de anos de estudo e as taxas de analfabetismo dos estados.

Aquino (2011) estudou o impacto da competição política, medida por reeleição de vereadores sobre a taxa de mortalidade infantil, taxa de distorção do ensino fundamental e taxa de cobertura de abastecimento de água, dos municípios cearenses entre os anos de 2004 e 2008. Para isso, utilizou uma metodologia de primeira diferença. Como resultado, obteve que quanto maior o número de reeleitos, melhores eram as taxas de mortalidade infantil, porém esse grande número de reeleitos prejudicava as taxas de distorção do ensino fundamental e cobertura do abastecimento de água.

Barreto (2009) verificou o impacto que a possibilidade de reeleição dos prefeitos tem causado no sistema político brasileiro. Segundo o autor, a adoção da reeleição nas eleições municipais modificou efetivamente a dinâmica das disputas. Os contrários à existência da reeleição afirmam que a alternância no poder e a limitação temporal são

uma garantia contra os poderes extraordinários do candidato. A perspectiva da reeleição aumenta os riscos de perpetuação no cargo e despersonalização do poder. Por outro lado, os que são a favor da reeleição argumentam que um único mandato restringe extremamente a capacidade de realização do governo e desconsidera a experiência acumulada pelo governante. A capacidade do eleitor de julgar o mandato do político é extinta quando não há possibilidade de reeleição.

Além da questão da alternância política, é importante discutir também o alinhamento político entre as diferentes esferas de governo (nacional e local). Bracco e Porcelli (2012), estudando os municípios italianos entre 1998 e 2007, observaram dois efeitos nas localidades onde os eleitores atribuíam maior crédito da provisão de bens públicos para o governo local. Primeiramente, os municípios alinhados recebiam mais subsídios, cobravam menos impostos e ofertavam mais bem públicos. Além disso, a probabilidade de reeleição do incumbente era maior nos municípios alinhados.

Os efeitos da competição política na formulação de políticas ainda não são bem compreendidos empiricamente. É possível ter baixa competição e más políticas, mas nada impede que se tenha um incumbente competente, desestimulando a entrada de desafiantes e aliando boas políticas com baixa concorrência. (FIRPO et. al., 2008).

Deste modo, necessita-se de uma constatação empírica sobre o efeito da competição política no desenvolvimento econômico local. Vale ressaltar que autores como Haber (2004) e Besley, Sturm, e Persson (2010) observaram efeitos positivos daquela sob o crescimento econômico. Esse fenômeno é diferente de desenvolvimento, destacando-se o nível ótimo de competição encontrado por este último pesquisador. Logo, o objeto de estudo deste trabalho tem uma definição mais abrangente que simples crescimento da renda, essa associação não é comum na literatura.

3 As eleições municipais no Brasil

No Brasil, as eleições municipais (para prefeitos e vereadores) ocorrem em uma mesma data. Os candidatos concorrem a um mandato de quatro anos. Após uma emenda constitucional em 1997, permitiu-se reeleição por mais um período de governo para os cargos do executivo (presidente da república, governador e prefeito).

Atualmente, a base da democracia de cada município é representada pelas Câmaras Municipais, pois estas refletem os interesses da população e as várias correntes de opinião. Os vereadores, por atuarem em tais órgãos, são os porta-vozes dos interesses do município. São eles que fiscalizam o uso do dinheiro público e as ações do prefeito e de seus auxiliares diretos.

Nas eleições para Câmara dos Vereadores, o sistema eleitoral utilizado segue o modelo proporcional em que não são levados em conta somente os votos individuais para o candidato como também os votos que cada partido ou coligação recebeu. Portanto, para ser eleito, seu partido necessita atingir um quociente eleitoral que lhe garanta uma vaga na câmara. Dessa forma, podem ocorrer casos em que o candidato de um partido, mesmo não conseguindo obter uma grande quantidade de votos, consegue ser eleito, enquanto outro, de partido diferente, com mais votos, pode não se eleger.

No Brasil, não existe um limite para a quantidade de vezes que os vereadores podem ser reeleitos. Uma das formas que eles podem utilizar para continuarem no poder é representando bem os interesses da população no intuito de melhorar as condições de vida no município em que estão atuando, para que os eleitores percebam as mudanças positivas e continuem votando neles.

Devido à barreira constitucional imposta à reeleição dos cargos do executivo este trabalho irá utilizar como medida de competição política a reeleição do partido na prefeitura e dos vereadores na Câmara.

A Tabela 1 traz um resumo sobre o percentual de vereadores e partidos reeleitos, além do percentual de municípios onde o chefe do executivo local e estadual estavam alinhados, ou seja, pertenciam ao mesmo partido, para o período estudado.

Tabela 1 – Percentual de reeleições e alinhamento político com governo estadual nos municípios cearenses de 2004 até 2008

Eleição	Vereadores	Partidos nas Prefeituras	Prefeitos e Governadores do mesmo Partido
2004	54,9%	10%	40%
2006	-	-	1%
2008	46,3%	40%	12%

Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do TRE-CE (2011).

Em 2004, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE, 2011), 54,9% dos candidatos a vereadores dos municípios cearenses que disputaram as eleições e que estavam tentando a reeleição obtiveram sucesso. Em 2008, esse número caiu para 46,3%.

Quanto aos partidos políticos, dados do TRE-CE (2011) apontam que, nas eleições de 2004, apenas em 10% dos municípios cearenses o mesmo partido continuou no poder. Nesse ano, 40% dos municípios possuíam prefeitos do mesmo partido que o governador. No ano de 2006, quando foram feitas novas eleições para governador, esse percentual cai para apenas 1%, embora a percentagem de municípios cujos prefeitos pertenciam à coligação do governador eleito foi bem maior.

Na eleição posterior, 40% das prefeituras continuaram com o mesmo partido no poder e 12% dessas pertenciam ao mesmo partido que o governador. Destaca-se, novamente que, se fosse levado em conta os partidos pertencentes à coligação do governador, este percentual seria maior. Como o chefe do executivo estadual se manteve no cargo em 2010, os números não mudaram.

Esses dados demonstram uma maior rotatividade no executivo do que no legislativo municipal. Enquanto que praticamente metade dos vereadores são reeleitos, o partido que está no poder executivo

O que se procura investigar é se nos municípios com menos rotatividade de vereadores, os indicadores de desenvolvimento econômico local progredem com maior intensidade.

4 Indicador para o desenvolvimento econômico

Desde que a ONU passou a divulgar anualmente o IDH, a ideia de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento perdeu força, hoje este conceito não se restringe a renda *per capita*. Com base nisso, vários indicadores foram criados buscando refletir as dimensões do IDH.

Como já dito antes, a maioria dos trabalhos não explora essa relação entre competição política e desenvolvimento, isso ocorre por que esse conceito multidimensional é difícil de ser medido, portanto, as pesquisas nessa área, comumente, procuram o impacto dessa competição sobre variáveis fiscais do governo, renda ou alguma variável que

reflita condições socioeconômicas como feito por Marques (2011) e Aquino (2011).

Porém, quando se utiliza um único indicador para refletir a esfera social e econômica, como nesta pesquisa, a interpretação e a generalização do resultado é mais simples.

No Brasil, a nível municipal, existem alguns índices que buscam refletir a filosofia do IDH. Esta pesquisa utiliza o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. O índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Sua periodicidade é anual e acompanha todos os municípios brasileiros. As variáveis que compõe as três áreas são:

a) Emprego e Renda:

- Geração de emprego formal
- Estoque de emprego formal
- Salários médios do emprego formal

b) Educação:

- Taxa de matrícula na educação infantil
- Taxa de abandono
- Taxa de distorção idade-série
- Percentual de docentes com ensino superior
- Média de horas aulas dadas
- Resultado do IDEB

c) Saúde:

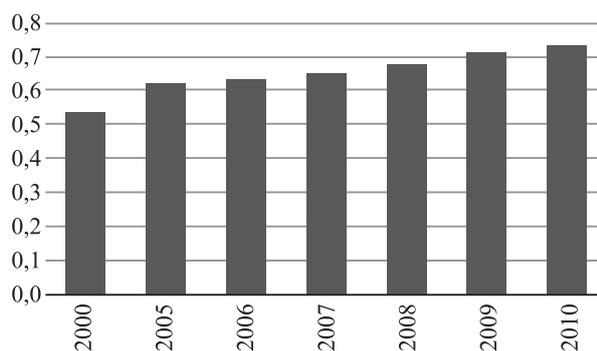
- Número de consultas pré-natal
- Óbitos por causas mal definidas
- Óbitos infantis por causas evitáveis

A escolha por este índice é justificada pelas dimensões por ele utilizadas (emprego e renda, educação e saúde) e o período em que foi feita sua medição. O Gráfico 1 traz a evolução do IFDM para o período estudado. Para o ano de 2006, o Ceará estava em 17º no ranking do IFDM divulgado pela Firjan, com um nível considerado moderado (entre 0,6 e 0,8). O destaque era a componente relativa à área de emprego e renda que apresentava um valor considerado apenas regular. Já em 2010, o estado mostrou indicadores melhores, embora ainda classificados em um nível moderado. Sua colocação no ranking nacional subiu para 10ª colocação.

Levando-se em conta apenas a região Nordeste, o Ceará é líder do ranking.

Além disso, o melhor desempenho foi sempre na área da saúde, enquanto que o pior estava vinculado ao emprego e renda. Para o último período analisado, a melhora nas áreas de saúde e educação foi expressiva, 99,5% dos municípios melhoraram em educação e 80,5% em saúde, a vertente emprego e renda foi maior apenas em 47% dos municípios.

Gráfico 1 – Evolução do IFDM de 2000 até 2010 no Ceará



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da Firjan (2012).

5.1 Modelo econométrico

Com a finalidade de se obter o impacto das variáveis sobre a variação relativa do índice de desenvolvimento, aplicou-se o operador logarítmico no mesmo.

Usou-se um conjunto de variáveis para medir o nível de competição política dos municípios. São três variáveis que refletem reeleição, o percentual de vereadores reeleitos ($pvreel$), demonstrando o nível de rotatividade na câmara municipal; a mesma variável elevada ao quadrado ($pvreel^2$), para investigar se existe um ponto de ótimo de competição política; e uma dummy para indicar se o partido permanece no poder executivo ($pareel$), indicando o nível de alternância no mesmo. Além disso, foram incluídas mais duas dummies que dizem se o partido do prefeito é o mesmo do governador ($pmpg$) e se o partido do prefeito é o mesmo do presidente ($pmpp$).

Por conta da imposição feita pela constituição à reeleição dos cargos do executivo, optou-se pelo uso da reeleição do partido político, e não do prefeito. As variáveis $pmpg$ e $pmpp$ buscam refletir as alianças existentes entre o governo local e as outras esferas. Como já dito antes, Besley, Sturm, e

Persson (2010) chamam atenção para o fato de que quando a competição política se torna muito intensa, acima de um nível estabelecido por seu modelo teórico, as forças pró-crescimento perdem força. Portanto, no modelo apresentado nesse estudo incluiu-se como variável explicativa o percentual de vereadores reeleitos ao quadrado para procurar a evidência de um nível ótimo para essa variável.

Logo, são duas as variáveis que indicam o nível de competição política. A primeira diz respeito à reeleição no legislativo municipal e a outra se refere à reeleição no executivo. Ambas refletem a dimensão em que grupos se mantêm no poder nos municípios e a partir dos sinais estimados para seus parâmetros pode-se ter uma medida de seu impacto sobre o bem-estar social da população.

Visando medir a oferta de bens e serviços públicos que possuem impacto no desenvolvimento econômico, foram utilizados, separadamente, os gastos das prefeituras nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, todos deflacionados pelo IGPDI para o ano de 2010. Todas essas variáveis fiscais foram defasadas em um ano, visto que seu impacto não ocorre de forma imediata.

Outras variáveis consideradas importantes como PIB *per capita* e densidade demográfica também foram incluídas. Esta última foi feita com a população residente estimada dividida pelo tamanho do território do município.

Portanto, montou-se um painel e o modelo proposto é o seguinte:

$$\ln(IFDM_{i,t}) = \beta_0 + \beta_1 pvreel_{i,t} + \beta_2 pvreel_{i,t}^2 + \beta_3 pareel_{i,t} + \beta_4 pmpg_{i,t} + \beta_5 pmpp_{i,t} + \beta_6 pibpc_{i,t} + \beta_7 dens_{i,t} + \beta_8 gastos_{i,t-1} + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

$IFDM_{i,t}$ = Índice Firjan de desenvolvimento econômico

$pvreel_{i,t}$ = Percentual de vereadores reeleitos

$pareel_{i,t}$ = Dummy partido reeleito

$pmpg_{i,t}$ = Dummy prefeito do mesmo partido que o governador

$pmpp_{i,t}$ = Dummy prefeito do mesmo partido que o presidente

$pibpc_{i,t}$ = PIB *per capita*

$dens_{i,t}$ = Densidade demográfica

$gastos_{i,t-1}$ = Gastos da prefeitura

$\varepsilon_{i,t}$ = Erro aleatório
 $i=1, \dots, I$ e $t=1, \dots, T$.

5.2 Método de estimação

Devido à forte correlação entre as variáveis fiscais de gastos das prefeituras utilizou-se o método de componentes principais¹. Portanto, as três variáveis passam a ser representadas apenas por um componente cujo resultado está descrito em anexo.

A possível simultaneidade entre competição política e desenvolvimento foi comprovada pelo teste de endogeneidade desenvolvido por Davidson e MacKinnon (1993). O resultado desse teste será mostrado na próxima seção. Portanto, foi feita uma estimação com variáveis instrumentais. As variáveis: *pvreel*, *pvreel*² e *parrel* são endógenas e necessitam de instrumentos. As outras variáveis políticas, *mpmg* e *mpmp*, são consideradas exógenas, pois refletem resultados de eleições que ocorrem em período diferente das municipais.

Primeiramente, fez-se um modelo logit com efeitos fixos para estimação da variável endógena binária *parrel*. A equação abaixo descreve o modelo.

$$parrel_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 parrel_{i,t-4} + \alpha_2 npref + \alpha_3 mpmg_{i,t-4} + \alpha_4 pmpp_{i,t-4} + \alpha_5 pmca_{i,t-4} + X_{it} + v_{it}$$

Onde:

$pmca_{i,t-4}$ = Dummy prefeito tem maioria na camara

$npref_{i,t}$ = Número de candidatos ao cargo de prefeito

X_{it} = variáveis exógenas da equação anterior

v_{it} = Erro Aleatório

6 Análise de resultados

Os resultados obtidos pelo método exposto na seção anterior estão dispostos na Tabela 2. Essa estimação (2) não possui o município de Fortaleza.

Como a variável dependente do modelo está em termos de logaritmo, tem-se um modelo conhecido por log-lin², no qual os coeficientes estimados são semielasticidades. Portanto, para o caso das variáveis contínuas, multiplicou-se o parâmetro esti-

mado pela média da variável de forma a se obter a elasticidade.

Tabela 2 – Resultados da estimação.

	(1)	(2)
<i>Pvreel</i>	1.084883 (0.020)*	1.091992 (0.020)*
<i>Parrel</i>	0.0899544 (0.00)***	0.0930779 (0.00)***
<i>pvreel</i> ²	-0.9534432 (0.016)*	-0.9651394 (0.016)*
<i>Pmpg</i>	0.1003763 (0.001)**	0.1011462 (0.001)**
<i>Pmpp</i>	0.0430677 (0.366)	0.0483993 (0.315)
<i>Dens</i>	-0.0003001 (0.042)*	-0.0003051 (0.046)*
<i>Pibpc</i>	0.00000971 (0.016)*	9.78E-06 (0.017)*
<i>Gastos</i>	0.3435818 (0.00)***	0.0775323 (0.00)***
<i>Cons</i>	-0.8568016 (0.00)***	-0.8891205 (0.00)***
<i>R²overall</i>	0.1222	0.2737
Davidson-MacKinnon	(0.0016)**	(0.0014)**

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota: valor p entre parênteses. * p<0.05; ** p<0.01; *** p <0.001.

No caso do percentual de vereadores reeleitos observa-se que existe um nível ótimo de reeleição de vereadores. No caso, tem-se que a taxa ótima de reeleição de vereadores é de, aproximadamente, 57%. Os resultados não mudam de forma significativa nas duas regressões. Tal resultado sugere que os municípios que mantêm mais da metade da composição da câmara dos vereadores são os que conseguem obter maior nível de desenvolvimento econômico.

Analisando a reeleição do partido, os parâmetros são estatisticamente significantes e o impacto dessa variável é diferente quando se exclui o município de Fortaleza da amostra. Assim, quando esse município está na amostra, os municípios cujo partido é reeleito para a chefia do executivo tem IFDM 9,4% maior. Quando Fortaleza não é levada em conta, este impacto é ligeiramente maior, 9,7%.

Quanto ao prefeito eleito ser do mesmo partido do Presidente da República, tem-se que para ambos os casos esse variável não é estatisticamente significativa. O parâmetro estimado para o caso do prefeito ser do mesmo partido que o governador

1 Para mais informações sobre o método de componentes principais ver Mundlack (1981).

2 Neste modelo, o coeficiente de inclinação mede a variação relativa no regressando para uma dada variação absoluta no regressor. Tem-se que

mostra-se significativa para ambos os casos e com impacto similar, ou seja, quando o prefeito é do mesmo partido do governador o índice de desenvolvimento é cerca de 10,6% maior.

Portanto, os resultados apontam para um melhor nível de desenvolvimento econômico quando os municípios apresentam uma maior estabilidade política, ou seja, quando as esferas de governos municipal e estadual estão alinhadas e tem-se menor alternância nas prefeituras e câmara de vereadores.

O PIB *per capita* apresenta sinal esperado. Logo, quanto maior este, maior o nível de desenvolvimento econômico. Nas estimações feitas, o aumento de 1% no PIB *per capita* provoca um crescimento, em média, de 0,05% no desenvolvimento econômico. Quanto à densidade demográfica, embora os parâmetros apresentem sinal negativo, sua magnitude é pequena. O aumento de 1% desta impacta em uma queda de 0,03%, em média, no índice de desenvolvimento. Quando Fortaleza é retirada da amostra, este impacto negativo é praticamente o mesmo, 0,02%.

Caso semelhante ocorre com os gastos das prefeituras nas áreas selecionadas. O efeito deste é praticamente irrisório, podendo indicar que os gastos feitos não são eficientes, pois não aumentam o nível de desenvolvimento das cidades.

Considerações finais

Este trabalho buscou verificar qual o impacto da competição política municipal no desenvolvimento econômico, refletido pelo índice Firjan, dos mesmos. A competição foi medida por alinhamento político da esfera municipal com as outras esferas de governo, reeleição de vereadores e manutenção de um partido no poder executivo.

Montou-se um painel para todos os municípios cearenses para os anos de 2006 e 2010. Com a finalidade de se obter o impacto das variáveis sobre a variação relativa do índice de desenvolvimento, aplicou-se o operador logarítmico no mesmo. O método de estimação utilizado foi o de variáveis instrumentais com efeitos fixos. A endogeneidade do modelo, por conta da relação simultânea entre competição política e desenvolvimento econômico, foi constatada pelo teste desenvolvido por Davidson-MacKinnon (1993). Foram feitas duas estimações, uma delas sem o município de Fortaleza.

Constatou-se que, municípios com menor competição apresentam maior nível de desenvolvimento.

De acordo com os resultados obtidos nas estimações, existe um nível ótimo para reeleição na Câmara de Vereadores, cerca de 57%, um percentual que pode ser considerado elevado. Além disso, a manutenção de um partido no poder mostrou-se benéfica na medida em que proporciona indicadores de desenvolvimento melhores, tais indicadores aumentam mais de 9%, tudo mais constante. Portanto, não se pode constatar assim como Besley, Sturm, e Persson (2010), Haber (2004) e Uppal (2008) que competição política implica em benefícios à população.

Quanto às variáveis que determinam alinhamento político, tem-se que, apenas se o prefeito for do mesmo partido que o governador é que se tem um impacto estatisticamente significativo no IFDM. No caso, o impacto foi 10,6%. Logo, existe uma vantagem em se ter tal alinhamento como já encontrado por Bracco e Porcelli (2012).

Quanto às outras variáveis, PIB *per capita*, densidade demográfica e gastos das prefeituras nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, não se tem um efeito expressivo. Para todas as variáveis, os resultados de ambas as estimações foram semelhantes. É importante destacar que o impacto inexpressivo dos gastos das prefeituras, nas áreas selecionadas, sobre o indicador estudado reflete a ineficiência destes em aumentar o nível de desenvolvimento econômico municipal.

Referências

AQUINO, C. **Competição política entre vereadores e condições de vida nos municípios cearenses**. Fortaleza: UFC, 2011.

ACEMOGLU, D; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

BARON, D.P. Electoral competition with informed and uninformed voters. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1 p. 33-47, 1994.

BARRETO, A. A. B. Reeleição para o executivo municipal no Brasil (2000-2008), **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 97-115, jul.-dez. 2009.

- BESLEY, T.; STURM, D. M.; PERSSON, T. Political competition, policy and growth : theory and evidence from the United States. Disponível em: <<http://econ.lse.ac.uk/~tbesley/papers/bps.pdf>>. Acesso em:
- BRASIL. **Lei n. 11.445**, de 05 de janeiro de 2007. Diário Oficial da União. Brasília, 5 jan. 2007.
- CHAMON, M.; FIRPO, S.; MELLO, J.P. Electoral rules, political competition and fiscal spending: regression discontinuity evidence from Brazilian municipalities. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/rio/texdis/559.html>>. Acesso em:
- DAVIDSON, R.; MACKINNON, G. **Estimation and inference in econometrics**. Oxford University Press, 1993.
- FEREJOHN, J. Incumbent performance and electoral control. **Public Choice**, v. 50, p. 5-25, 1986.
- FIANNI, R. **Cooperação e conflito**. Elsevier, 2011.
- FURUBTNI, E.G. **Institutions and economic theory: the contribution of the new institutional economics**. Michigan: University of Michigan Press, 2000.
- IPECE. A Evolução do Pib dos Municípios Cearenses, 2012. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_49_20_dezembro_2012.pdf>. Acesso em:
- LE BORGNE, E.; LOCKWOOD, B. Candidate entry, screening, and the political budget cycle. 2002. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/imf/imfwpa/02-48.html>> Acesso em:
- MARQUES, P. M. **Estudo sobre competição política e performance econômica: evidências dos estados brasileiros**. xii, 78 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- MENDES, M.; ROCHA, C. A. O que reelege um prefeito? 2004. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-7-o-que-reelege-um-prefeito>>. Acesso em:
- MENEGUIN, F. B., BUGARIN, M. S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. **Economia Aplicada**, n. 3, 2001.
- MUNDLAK, Y. On the concept of non-significant functions and its implications for regression analysis. **Journal of Econometrics**, v. 16, n. 1, p. 139–149, 1981.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press, 1990.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582001000200004&script=sci_arttext>. Acesso em:
- HABER, S. **political competition and economic growth: lessons from the political economy of banking in Mexico and the United**, 2004.
- SAMUELS, D. Ambition and competition: explaining legislative turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. XXV, n. 3, ago 2000. Disponível em: <http://www.polisci.umn.edu/~dsamuels/Samuels%20LSQ%202000.pdf> Acesso em:
- SERRATO, J. C. The role of political parties in electoral competition. In: SYMPOSIUM: DEMOCRACY AND ITS DEVELOPMENT 2005-2011. Irvine: University of California/ Center for the Study of Democracy, p. 1–17, 2008.
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Cronologia das eleições**, 2011. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/cronologia-das-eleicoes>>. Acesso em:
- UPPAL, Y. **Does political turnover adversely affect the state expenditure policy ? Evidence from Indian state legislative elections**, 2008.

ANEXO I

Tabela 3 – Resultado do método de componentes principais para as variáveis fiscais

Componente	Autovalores		Diferença		Proporção		Cumulativo	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Comp1	2.96814	2.64601	2.94641	2.42437	0.9894	0.882	0.9894	0.882
Comp2	0.0217287	0.22164	0.0116	0.0892861	0.0072	0.0739	0.9966	0.9559
Comp3	0.010129	0.132354	.	.	0.0034	0.0441	1	1

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota: (1) Inclui Fortaleza (2) Exclui Fortaleza.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas (Incluso Fortaleza)

	Média	Erro Padrão	95% Intervalo Conf	
pvreel	0.501	0.009	0.484	0.518
parrel	0.293	0.024	0.245	0.341
pmpg	0.069	0.014	0.042	0.096
pmp	0.072	0.014	0.045	0.099
dens	89.112	25.644	38.674	139.551
pibpc	4886.336	183.196	4526.021	5246.650
pvreel ²	0.277	0.009	0.259	0.295
gastos	0.000	0.092	-0.182	0.182
lnifdm	-0.540	0.006	-0.553	-0.528

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas (Exceto Fortaleza)

	Média	Erro Padrão	95% Intervalo Conf	
pvreel	0.501	0.009	0.484	0.519
parrel	0.292	0.024	0.244	0.340
pmpg	0.069	0.014	0.042	0.096
pmp	0.066	0.013	0.040	0.093
dens	56.544	7.547	41.699	71.388
pibpc	4837.217	180.778	4481.651	5192.782
pvreel ²	0.278	0.009	0.260	0.296
gastos	0.000	0.087	-0.172	0.172
lnifdm	-0.542	0.006	-0.554	-0.530

Fonte: Elaborada pelos autores.